

40 anos com o CES. Entrevista com António Sousa Ribeiro por Miguel Cardina

Miguel Cardina e António Sousa Ribeiro



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/3054>

DOI: 10.4000/eces.3054

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Referência eletrónica

Miguel Cardina e António Sousa Ribeiro, « 40 anos com o CES. Entrevista com António Sousa Ribeiro por Miguel Cardina », *e-cadernos ces* [Online], 29 | 2018, colocado online no dia 15 junho 2018, consultado a 08 novembro 2018. URL : <http://journals.openedition.org/eces/3054> ; DOI : 10.4000/eces.3054



40 ANOS COM O CES.

ENTREVISTA COM ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO POR MIGUEL CARDINA

COIMBRA, 16 DE JANEIRO DE 2018

António Sousa Ribeiro é Professor Catedrático do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES), onde preside atualmente à Direção. Tem ocupado vários cargos de destaque na FLUC e no CES, entre os quais o de presidente do Conselho Científico do CES entre 2003 e 2007. Foi responsável pela Revista de Crítica de Ciências Sociais entre 1991 e 2008.

Miguel Cardina (MC): O Centro de Estudos Sociais (CES) faz agora 40 anos. A e-cadernos CES resolveu assinalar a data com um número especial e com esta entrevista, pretendendo que através dela se possa apreender alguns traços fundamentais daquilo que foi a história da instituição, mas também a sua relação com percursos de investigação singulares. Começa a estudar Filologia Germânica na Universidade de Coimbra. Essa era a escolha óbvia para si?

António Sousa Ribeiro (ASR): Era bastante óbvia. Como acontece, provavelmente, com a maior parte dos jovens e adolescentes, a escolha do curso é sempre aquele momento difícil... O que suscitou o meu interesse pelos estudos germanísticos foi a vontade de estudar alemão, basicamente. Alemão e inglês, porque, na altura, eram as duas componentes obrigatórias desse curso. Concluído o sétimo ano dos liceus, teria outras alternativas possíveis, fazendo mais uma cadeira ou outra. Mas, como já tinha o que era necessário para aceder ao curso de germanísticas na Universidade, venceu a

inércia. E inscrevi-me, como se dizia na altura, em Filologia Germânica. Na verdade, não estou nada arrependido da escolha que fiz. Acho que foi uma escolha feliz. O que não previa era todo o percurso posterior, evidentemente, como ninguém pode prever. Enfim, agora, à distância de 40 e tal anos, é evidente que as coisas se apresentam de maneira diferente, com uma certa lógica, mas essa é uma lógica a posteriori e não uma lógica que seja planeada. Ninguém planeia a sua vida dessa forma, não é?

MC: E entrou quando em Coimbra?

ASR: Cheguei no rescaldo da crise de 69. Apanhei, não apenas o rescaldo, mas o backlash. O impacto da crise estudantil era enorme. Mas tinha havido também toda a repressão sobre os dirigentes, houve depois o esforço de pacificação, em que o reitorado de Gouveia Monteiro teve um papel muito importante, e tinha havido uma militância grande de uma extensa massa estudantil que nem sequer tinha uma grande consciência política, propriamente. O génio dos grandes mentores do movimento estudantil de 69, foi, quase se pode dizer, focar o movimento em objetivos políticos muito genéricos, para criar uma base ampla de apoio fundada na solidariedade estudantil, e o movimento estudantil depois começa a fragmentar-se, surgem fações mais politizadas, enfim, aquilo a que se pode chamar hoje em dia extrema-esquerda. Portanto, alguns movimentos que depois dão origem a outro tipo de fações mais politizadas, ou pelo menos com um entendimento da política diferente. É preciso perceber que as pessoas se tinham sacrificado muito. Não foi brincadeira, certamente, para a maior parte das pessoas, a greve a exames, as consequências que daí tinham advindo para muita gente, tendo reprovado nesse ano, ou ficado com dificuldades; por exemplo, quem tinha bolsa, não ter a certeza se a bolsa ia ser renovada ou não. Efetivamente, a Universidade cortou todas as bolsas e recusou a isenção de propinas a quem participara na greve; só quem tinha bolsa da Fundação Gulbenkian é que não sofreu consequências. Isto é, apesar de as pessoas terem reprovado o ano, a Fundação mantinha as bolsas, houve, aí, uma política de vistas largas da Fundação. Mas, enfim, havia todo um conjunto de ansiedades e as pessoas estavam cansadas. Para quem, como eu, vinha e queria incorporar-se no movimento, tinha de encarar ali uma situação que era já de contracorrente, e em que tudo aquilo que aconteceu depois, até ao 25 de Abril, foram movimentos bastantes minoritários. Mas pairava, de facto, esse modelo da crise, havia até quase uma espécie de conflito geracional, porque eu já não vivi os momentos heroicos da crise. Vivi a mitologia da crise. Não vivi esses momentos heroicos, vivi as dificuldades da militância, no movimento estudantil, em círculos minoritários, em contextos difíceis.

MC: Mas integra essa militância?

ASR: Sim, claro. Nada voltou a ser o mesmo depois de 69, evidentemente, não é? E, portanto, eu dizia há pouco “contra a corrente”, mas não, não é, enfim, insiro-me nessa corrente. Felizmente, essa corrente tinha já formado uma série de canais que não convergiam necessariamente. Não voltou a haver um movimento de massas, houve alguns movimentos de greve e alguns momentos, digamos assim, de afloramento, mais uma vez, do movimento estudantil, como a questão do movimento contra a restauração da queima, etc. Houve vários momentos, mas...

MC: O próprio ambiente cultural académico demonstra como o impacto de algumas mudanças são duradouras. Estou a pensar, por exemplo, nas dinâmicas culturais e nas sociabilidades. Por exemplo, no CELUC [Coral Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra], do qual fez parte...

ASR: Ah! Isso, o CELUC, claramente, até porque o CELUC sofreu uma cisão grande no momento, em 69, porque havia o luto académico, não é? O CELUC – o Coral das Letras, como toda a gente lhe chamava – atuava sempre de capa e batina, a fação dirigida pelo maestro não queria que o CELUC se apresentasse de luto académico, isto é, de capa fechada. Isso deu origem a uma cisão. Eu entrei para o CELUC no momento já de crise também, e a verdade é que nós entendíamos que, para além de toda a parte artística, obviamente, participar num organismo autónomo da Academia era também uma forma de militância política. Na altura, o próprio edifício da Associação Académica era uma espécie de ilha. Era uma espécie de ilha da utopia, porque, na altura, existia o antigo convívio (que depois foi fechado e substituído por uma cantina), onde íamos regularmente, depois de comer na cantina e onde, evidentemente, havia sempre cartazes com as últimas notícias, notícias de outras academias, notícias que também começaram a surgir do movimento operário. Portanto, greves, etc., sobretudo, enfim, não me lembro agora em particular, mas lembro-me de denúncias de situações acontecidas, de notícias que passavam. E, portanto, uma pessoa ia para aquele convívio da Associação Académica, era de facto um outro mundo, em que a informação circulava, em que havia esses cartazes. E, em 71, na altura havia esse preceito, ou essa norma não escrita de que a polícia não entrava em instalações universitárias. Portanto, o grande choque foi, não me lembro agora se em 70 ou 71...

MC: Fevereiro de 71?

ASR: Fevereiro de 71. A Associação é invadida pela polícia de choque e é encerrada. Estava na primeira fila, lembro-me de uma Assembleia Magna no antigo ginásio, que era a parte de baixo, em que as pessoas são obrigadas a debandar e, depois, a Associação é fechada e o convívio está encerrado durante muito tempo. Havia um tabique que impedia o acesso, e, portanto, houve um período em que a importância dos organismos autónomos ficou acrescida, eram uma espécie também de local de reunião clandestino, com as devidas cautelas, etc. Portanto, entendiam-se, efetivamente, como parte do movimento estudantil.

Os organismos autónomos evidentemente que eram oposicionistas, com duas exceções apenas. E, portanto, aí havia também uma socialização importante, e eu, desde muito cedo, sobretudo depois de ter sido eleito presidente do CELUC, tive aí um papel. O CELUC, depois do 25 de Abril, tornou-se um organismo militante, a ir aí pelas aldeias a divulgar a cultura no, enfim, naquele trabalho de animação cultural de que tenho até hoje muito orgulho. Na altura, tivemos um certo papel no sentido de irmos a sítios onde nunca a população tinha assistido a um concerto... Lembro-me de irmos a sítios até onde a camioneta que nos transportava nem chegava lá perto porque não havia estrada, tínhamos de andar um quilómetro a pé, ou então, em que a instalação elétrica era completamente precária, ou em que, no limite, não havia água corrente, etc. Era a realidade do país na altura. E nós entendemos, de facto, nessa altura, que era importante esse tipo de intervenção militante, da qual conservo muito boas recordações, porque havia um contacto muito próximo com as populações.

MC: Mas vai para Munique antes do 25 de Abril, ou depois?

ASR: Depois. Eu fui para Munique em outubro de 1974 com muitas dúvidas sobre se ia, se ficava. Na verdade, fui com muito custo, porque havia aquela ideia de que tinha muita coisa para fazer cá. Por outro lado, eu tinha uma bolsa, essa bolsa não a ia ter outra vez. Foi uma decisão difícil. Acabei depois por não me arrepender dela, mas, na altura, foi uma decisão difícil, até porque também não havia os transportes baratos que há hoje, ou a possibilidade de vir muitas vezes, embora tenha cá vindo no Natal e, enfim... Depois, em Munique, participei nalguma movimentação política também, sobretudo em comités de apoio ao Chile, que era a grande questão. Na altura, havia em Munique um Comité Chile, de apoio a exilados chilenos. E, portanto, também tive aí alguma atividade política, na Alemanha. Foi um ano interessante, mas, claro, em que não estava aqui, onde havia muita coisa a acontecer.

MC: Quando regressa, vai dar aulas para a Faculdade de Letras?

ASR: Depois, quando regresso, sim, fui contratado pela Faculdade de Letras.

MC: E apanha duas faculdades muito diferentes, imagino eu. Algumas continuidades haveria certamente, mas a Universidade em 75 não seria a Universidade em 69.

ASR: Sim, sim. No 25 de Abril eu fiz parte do primeiro Conselho Diretivo da Faculdade, esse momento histórico em que os estudantes começam a fazer parte dos conselhos diretivos. Ainda me lembro de, talvez no dia 26 ou 27, me dirigir ao chefe da secretaria da Faculdade de Letras, exigindo-lhe a chave do teatro, que me foi, claro, dada imediatamente, com o indivíduo a tremer de medo com o que podia acontecer. Foi um momento fortemente simbólico, em que, enquanto representante, ou líder estudantil, fui abrir o teatro da Faculdade de Letras para uma reunião democrática. Os catedráticos da Faculdade de Letras, ou os professores da Faculdade de Letras, tiveram então de passar pela experiência, que imagino para alguns fosse humilhante, de estar numa assembleia dirigida por um estudante, que era eu, e que, na verdade, dirigia a assembleia com mão de ferro, porque não consentia atropelos à ordem das intervenções, tive, aliás, alguns choques, incluindo com Paulo Quintela, por quem eu tinha grande respeito, e ele também por mim, tínhamos uma relação de respeito mútuo. Mas, os professores não estavam habituados, por exemplo, a inscrever-se e a falar na altura deles. Quer dizer, ou que houvesse um estudante que os precedia no uso da palavra e eu punha ordem nisso, governava com mão de ferro, em situações que eram muito tumultuosas. Estamos a falar do teatro da Faculdade de Letras a abarrotar pelas costuras. Com gente, enfim, com temas muito controversos. Que passavam, inclusivamente, pelos saneamentos, etc. E foi um momento exaltante, em que, na verdade, tomávamos conta dos nossos destinos... E, depois, elegemos uma comissão diretiva provisória, que era paritária, eram seis estudantes e seis docentes.

MC: Quando regressa, em 1975, vai logo dar aulas para a faculdade?

ASR: O meu contrato inicia-se em janeiro de 1976 e foi um momento em que entrou muita gente. Havia uma enorme carência de professores na faculdade e a renovação não apenas teve expressão na criação de novas estruturas de governo e do chamado saneamento de professores mais diretamente comprometidos com o regime, mas também a renovação fez-se porque entrou muita gente. Lembro-me que, para a área de Filologia Germânica, na altura, entraram de uma assentada oito ou nove assistentes,

que era a nossa categoria na altura, e, portanto, foi possível também ter aulas de tipo diferente, em grupos muito mais pequenos. Portanto, havia, evidentemente, uma série de consequências pedagógicas. Eu, aliás, antes do 25 de Abril mesmo, já tinha sido monitor enquanto estudante de quinto ano, dava aulas práticas ou dava assistência a pequenos grupos, quase eram explicações, às vezes.

MC: Eu sei que não está, logo em 1978, no grupo que funda a Revista Crítica de Ciências Sociais [editada pelo CES]. Mas é muito interessante, lendo o editorial desse primeiro número, que há uma referência a uma tentativa gorada de criação de um departamento de Ciências Sociais na Faculdade de Letras. No fundo, a marca interdisciplinar e da relação com as Humanidades como originária. Tem notas sobre esse processo?

ASR: Eu lembro-me bem disso. Tudo isso está associado à figura de Boaventura de Sousa Santos, claro. O Boaventura tinha regressado a Portugal com o seu doutoramento em Yale, julgo que em 72 ou 73, se não estou em erro. Aliás, eu conheci o Boaventura justamente em 1974, quando éramos ambos membros de um órgão, cujo nome neste momento me escapa, mas que substituíra o antigo Senado, isto é, cada faculdade enviava para assessorar o reitor, o Doutor Teixeira Ribeiro, alguns representantes, estudantes e professores. E as minhas primeiras conversas no pátio da Universidade com o Boaventura de Sousa Santos, que era o responsável pela instalação da Faculdade de Economia, datam dessa altura, de 1974. Esse projeto que refere, tanto quanto sei, ou quanto posso eu reconstituir, passava pela grande relação de amizade que havia entre o Boaventura e o Vítor Matos. Que assinava como poeta Vítor Matos e Sá, mas, para nós, era Vítor Matos, simplesmente. E Vítor Matos, que, aliás, era também membro docente do tal Conselho Diretivo de que eu falava há pouco, participando como eu nas reuniões, que eram quase diárias – nós estávamos em modelo quase de reunião permanente. E o Vítor Matos tinha essa relação com o Boaventura e, na altura, enfim, tanto quanto posso dizer, dessa cumplicidade entre os dois, germinou essa ideia de um departamento de Ciências Sociais, articulado em torno de um projeto de investigação que seria financiado pela Fundação Gulbenkian. Ainda me lembro, julgo que o projeto tinha a sigla CL8, se não estou em erro. Vítor Matos era professor de Filosofia, um professor muito bem visto pelos estudantes, uma pessoa notável e que tinha essa perceção da importância das Ciências Sociais. As Ciências Sociais, que eram, praticamente, inexistentes na Universidade portuguesa; tratava-se de encontrar um lugar para elas, e esse lugar então seria na Faculdade de Letras. Esse projeto foi gorado pela morte prematura do Vítor Matos, num estúpido acidente de

automóvel, nos primeiros meses de 1975. E imagino, enfim, tanto quanto posso agora reconstituir, a semente desse projeto ficou, de certa maneira, guardada para depois frutificar quando a Faculdade de Economia se vai alargando. Entretanto, tinham sido contratados alguns docentes de Sociologia, a licenciatura em Sociologia não existia, veio mais tarde. Havia a componente de Sociologia da licenciatura em Economia, a “emancipação” da Sociologia como departamento e como licenciatura vem já nos anos 80. E a Revista Crítica, de certa maneira, recolhe essa intenção de um diálogo interdisciplinar. Portanto, na verdade, esse encontro interdisciplinar entre as Humanidades e as Ciências Sociais que está inscrito no ADN original do CES faz parte desse projeto.

MC: Entra depois no número 4/5....

ASR: O núcleo original do Conselho de Redação dos primeiros anos da revista teve algumas flutuações, desse núcleo original já fazia parte um colega da Faculdade de Letras, o António Gama, geógrafo, infelizmente falecido há poucos anos, e o resto eram, de facto, pessoas da Faculdade de Economia. Depois, houve algumas alterações, e a minha entrada, concretamente, dá-se com o número 4/5, que resulta de um convite do Conselho de Redação a alguns colegas da Faculdade de Letras para fazer um número a que demos o título “Literatura em Sociedade”.¹ E esse número, na verdade, é o primeiro testemunho dessa abertura para fora do horizonte das Ciências Sociais. Eu e mais alguns colegas da Faculdade de Letras fomos convidados a participar, organizámos esse número e, mais ou menos por volta da altura da publicação do número, eu fui convidado a integrar o grupo do Conselho de Redação e aceitei, e a coisa processou-se naturalmente. De certa maneira, desse ponto de vista, quase posso dizer que antes de o ser já o era, a partir de todo o trabalho de preparação do número, eu praticamente já integrava o Conselho de Redação. Depois, isso acaba por ser formalizado a partir desse número, entrando no projeto que tinha acompanhado desde o início, mas de fora, digamos assim. Lembro-me de ver o número 1,² de comprar o número numa livraria. De ler essa nota de abertura, de discordar bastante da conclusão que o Boaventura lhe tinha dado, em que dizia que a revista reclamava um lugar, modesto, mas um lugar, no panorama científico português. Não me esqueço desta formulação: modesto, mas um lugar. E eu, na verdade, não achei eficaz essa figura da modéstia. E, aliás, penso que, olhando agora para a história da revista e do CES, é bastante óbvio que essa modéstia não tinha razão de ser.

¹ Número disponível em <https://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=109>.

² Número disponível em <https://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=83>.

MC: Mas quando diz isso, quando agora refere a questão da modéstia, é porque acha que a revista, no panorama muito escasso de publicações académicas e da própria investigação que se fazia em torno das Humanidades e das Ciências Sociais em Portugal, tinha um papel muito relevante que não estava a perceber?

ASR: Talvez percecionasse. Eu acho que era mais uma figura de retórica. Mas temos de ver que, na altura, obviamente, não havia nada. Havia um grupo de pessoas que pagavam, do seu bolso, para fazer uma revista sem apoio de qualquer espécie. E num panorama que, enfim, já estávamos em 78, estávamos já num momento de refluxo de muitas das esperanças do 25 de Abril. E, portanto, estávamos quase a deslizar já para uma situação de resistência. E, sendo assim, eu percebo perfeitamente esse gesto retórico, não é? Quer dizer, é perfeitamente compreensível, à luz daquilo que era a total falta de apoio material para a revista. A revista não tinha nada, tinha era um grupo de pessoas de boa vontade que, com base num empréstimo de um nosso colega de outra universidade, nunca mais me esqueci, 30 contos, conseguiu publicar o primeiro número. O empréstimo depois foi pago, mas, digamos, ninguém podia prever que a revista fosse subsistir, dada a escassez de apoios. Era um projeto que nascia na Universidade, com algum apoio da Faculdade, que cedia as instalações, mas não havia apoio financeiro nenhum da Faculdade de Economia nem da Universidade. Portanto, dito de forma coloquial, era uma carolice. E, assim, percebe-se bem, eu percebo bem o topos da modéstia, num contexto em que não se sabe ainda com que forças se vai poder contar, se se vai poder reunir forças suficientes, enfim. De todo o modo, julgo que a estratégia de me incluir, e a outros colegas que, entretanto, entraram, visava também ampliar a base da revista, consolidar o grupo que publicava a revista e, portanto, dar-lhe uma melhor esperança de futuro.

MC: Quando comemoramos os 40 anos do CES, na verdade, estamos a comemorar esse trajeto, porque CES era a estrutura que visava, no fundo, dar uma roupagem formal à Revista Crítica.

ASR: Sim, ou seja, a revista tinha que ter uma instituição que a publicasse e o CES foi fundado com esse objetivo.

MC: E como era a dinâmica de construção da revista?

ASR: Bem, havia aquele pequeno grupo de pessoas que fazia a revista, de cabo a rabo, incluindo levá-la ao correio, enfiá-la nos envelopes e gerir a lista de endereços e a lista

de assinantes, enfim, tratar da contabilidade, pagar as contas, etc. Portanto, era tudo feito por nós; mais tarde, enfim, alguns bons anos mais tarde, a revista começou a ter a figura do secretário, da secretária, no caso, que era alguém que, por um modesto complemento de salário, geria a lista de assinantes e dava algum apoio mínimo de secretariado. Mas isso foi já um bocado depois. Antes disso, o secretariado éramos nós. Portanto, basicamente, havia alguns responsáveis, um ou dois responsáveis por cada número, que se organizavam para tratar de tudo o que se relacionava com esse número, e havia já uma dinâmica bastante forte de discussão científica, com base em encontros semanais. É uma coisa, hoje em dia, quase impossível de conceber, mas o Conselho de Redação reunia todas as semanas, reunia à noite, era depois do jantar, sempre, e reunia semanalmente. E essas reuniões eram as oportunidades que tínhamos de diálogo científico, normalmente em torno de textos que tinham sido propostos à revista, ou em torno da conceção dos números seguintes, da planificação da revista, etc. E havia uma dinâmica de consolidação do grupo e de consolidação do diálogo científico e, claro que essa dinâmica, depois, foi fundamental no momento em que há finalmente condições para a investigação no âmbito das Ciências Sociais, em Portugal. Estamos a falar em meados dos anos 80. Coincidente com o momento em que Mariano Gago se torna presidente da JNICT [Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica] e em que é lançado o primeiro grande concurso nacional nesse âmbito, nós estávamos em condições de avançar imediatamente, e foi o primeiro grande projeto do CES.

MC: Da semiperiferia.

ASR: É, da semiperiferia. Portanto, o nascimento do CES, digamos, o CES enquanto entidade substancial, enquanto centro de investigação, constituiu-se verdadeiramente a partir desse momento.

MC: Deixe-me só ir a um momento anterior. Chegaremos depois ao final dos anos 80, com o projeto sobre a semiperiferia. Mas há um evento do CES muito importante que tem outros impactos também, porque, de alguma forma, está alicerçado com a própria construção do Centro de Documentação 25 de Abril, que é o colóquio sobre os dez anos do 25 de Abril e, depois, o número especial da Revista Crítica.³ Ainda recentemente, numa mesa-redonda em que participei, António Reis referia claramente esse número e esse colóquio como um momento inaugural da reflexão sobre o 25 de Abril.

³ Revista Crítica de Ciências Sociais n.º 15/16/17, de 1985, disponível em <http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=220>.

ASR: É. O António Reis esteve cá no colóquio, aliás, eu lembro-me, estive no colóquio dos 20 anos do 25 de Abril, que foi organizado justamente pelo António Reis, no Teatro Maria Matos e lembro-me de ele referir, nesse contexto, o significado que tinha, do ponto de vista dele, que os dez anos tivessem sido comemorados pelas Ciências Sociais e que os 20 anos estivessem a ser comemorados por historiadores. Lembro-me de ele falar disso na introdução ao colóquio dos 20 anos, não me lembro em que contexto é que ele organizou isso, certamente da Universidade...

Isso demonstrou, na verdade, que o grupo já tinha, entretanto, consistência suficiente para ser capaz de organizar um colóquio dessa dimensão. Foram dois ou três dias com painéis de convidados bastante amplos. E esse colóquio só foi possível porque havia, entretanto, já um grupo estruturado. Foi um colóquio de grande impacto, porque reuniu muita gente, mais de 500 pessoas. E eu lembro-me da ideia do Centro de Documentação 25 de Abril, que, aliás, se constituiu no âmbito do colóquio, um momento importante do colóquio foi a assinatura pelo Reitor da Universidade. É uma ideia do Boaventura, originalmente, e que, depois, se consolida no âmbito da preparação do colóquio, mas há um pensamento fundador, digamos, que tem um pouco que ver com essa noção de resistência de, em contextos em que, do ponto de vista político, não é seguro o sentido em que o país vai evoluir, propiciar a esse tipo de documentação um abrigo seguro num contexto universitário. Nós estávamos prestes a entrar nos anos do cavaquismo. Portanto, era um ambiente, na verdade, de refluxo total em relação às perspectivas de transformação que o 25 de Abril tinha aberto. E há muito essa ideia de resistência, isto é, aconteça o que acontecer, num contexto universitário, esta documentação não se vai perder, vai ser preservada. É, de facto, um dos resultados mais felizes desse mesmo colóquio, a existência do Centro de Documentação. Na verdade, esse colóquio é um marco. Se quiséssemos pensar num marco fundador daquilo que vem a ser o CES tal como é hoje, esse colóquio é, seguramente, esse momento. Acho que, do ponto de vista, agora, quase histórico ou historiográfico, é preciso dar essa importância, sim, sem dúvida nenhuma. E, de alguma maneira, a dinâmica interna que o colóquio ocasionou vai, depois, refletir-se nesse momento do projeto da semiperiferia. Porque havia essa dinâmica de pensar a sociedade portuguesa. Aliás, o Boaventura frequentemente trazia isso à colação, que nós conhecíamos a teoria estrangeira, que nós conhecíamos outras realidades, mas que não tínhamos trabalhado suficientemente sobre a sociedade portuguesa. Era necessário começar a trabalhar sobre a sociedade portuguesa e isso articulava-se com algumas iniciativas que tinham sido tomadas, no âmbito da Faculdade de Economia, também, em que este grupo estava envolvido, uma delas é o colóquio sobre a pequena agricultura em Portugal. Que depois...

MC: E ainda há um número especial.

ASR: ... que se traduz num número especial.⁴ Pedro Hespanha, obviamente, era extremamente importante nesse contexto. O pensamento que ele tinha e o conhecimento que tinha do terreno, pelo seu percurso profissional anterior. E a pequena agricultura era uma espécie de modo alternativo de organização rural e, portanto, aquilo que já mostrava também como, no seio do grupo, uma certa raiz marxista, digamos assim, da formação da generalidade dos membros do grupo se flexibilizava, porque a ideia central do colóquio era pensar a pequena agricultura, não...

MC: Como atraso...

ASR: ... no contexto marxista puro e duro como um resquício do passado, mas como, um elemento produtivo e certas reflexões posteriores, também com o próprio conceito de sociedade-providência, que vem a ser desenvolvido mais tarde e que incorpora esse olhar mais próximo sobre a realidade portuguesa, o esforço de perceber também o modo específico de organização da sociedade portuguesa, a capacidade de resistência, e também o potencial do futuro de certas características da sociedade portuguesa que, de outro ponto de vista, poderiam ser vistas como uma espécie de arcaísmo. E tudo isso, claro, era muito impulsionado pelo pensamento e pela liderança carismática do Boaventura que era o grande mentor do grupo, sem receio da palavra, no sentido de propor temas, suscitar reflexões, etc., por caminhos que eram já claramente heterodoxos na altura.

MC: Mas o projeto da semiperiferia, no fundo, assinala o modo como o CES desenvolve um programa autónomo de investigação?

ASR: Sim, sim.

MC: Mas é também um momento que dota o CES de capacidade, de alguma capacidade financeira para fazer investimentos, até de infraestrutura?

ASR: Claro, é o primeiro momento de institucionalização do CES. Quer dizer, o colóquio, obviamente, fez-se com apoio financeiro, embora com muito trabalho nosso. Mas, quando ganhámos esse projeto – “O Estado, a economia e a reprodução social na

⁴ Revista Crítica de Ciências Sociais n.º 7/8 “A pequena agricultura em Portugal”, de 1981. Disponível em <https://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=140>.

semiperiferia do sistema mundial: O caso português” –, em 1988, pudemos, naturalmente, atingir outro patamar. Houve a coincidência feliz de os Hospitais da Universidade terem acabado de sair daqui [do Colégio de S. Jerónimo, na Alta de Coimbra], e nós conseguimos da Reitoria a cedência de um espaço. Mas que estava num estado de bastante ruína. E, portanto, na altura fizemos o que hoje não seria possível, uma parte, talvez um terço do financiamento do projeto, foi para a requalificação das instalações. Mas, digamos, foi institucionalização no sentido em que, pela primeira vez, havia dinheiro para investigar. Era uma novidade quase absoluta. Até aí não havia financiamento em investigação. Agora, havia e tínhamos um sítio, tínhamos uma sede, tínhamos tudo aquilo que não tínhamos tido até esse momento. Portanto, se queremos falar em institucionalização do CES, é esse o momento. Claro que essa institucionalização, como estávamos a conversar, não é independente da história anterior, não teria sido possível nessa forma e, na verdade, digamos assim, todo esse processo, sem que isso nos fosse sequer muito consciente, todo o trabalho anterior, a publicação de números sucessivos da revista, etc., tinha criado as condições para que, no momento em que surgiu a oportunidade, pudesse ser imediatamente agarrada. E foi o que aconteceu.

MC: Há uma dimensão de que já aqui falámos, e que é de alguma maneira estruturante no CES, e que tem a ver com a interdisciplinaridade. E há outra que se vai afirmando, que é este diálogo com academias fora de Portugal, nomeadamente a sul. Aliás, um momento disso é o Congresso Luso-Afro-Brasileiro.

ASR: Esse foi outro momento marcante. Na altura, as relações da academia portuguesa em geral com o Brasil eram muito poucas. E, mais uma vez, também aqui o papel do Boaventura é relevante como mediador, enfim, porque obviamente era uma realidade em que ele tinha trabalhado e conhecia bem, e o Luso-Afro-Brasileiro foi mais um desses momentos marcantes da história do CES, porque representa essa abertura do que se pode chamar, enfim, entre aspas, talvez a “comunidade de língua portuguesa de Ciências Sociais e de Humanidades”, e foi também um grande sucesso. Foi um colóquio amplamente participado, com muitos convidados estrangeiros, produziu três números da Revista Crítica.⁵ E esses três números não são sequer volumes de atas, são uma seleção, bastante drástica, talvez um terço das comunicações produzidas, não sei agora dizer ao certo, mas, enfim, aquilo que podia ser publicado em três números. Mas foi

⁵ Números disponíveis em <http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=416>; <http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=435> e <http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=457>.

outro momento, sim. Praticamente dez anos, se não me engano. Estamos a falar de 94, neste momento, portanto, dez anos depois do colóquio do 25 de Abril, foi também um grande colóquio, grande momento. E, na verdade, para traçar a história do CES, uma das formas de o fazer, há outras formas certamente, mas uma das formas de o fazer é seguramente ir buscar esses momentos mais marcantes de afirmação, que coincidem, em geral, com grandes colóquios. Ou, obviamente, a partir de certo momento, também com grandes projetos como é o projeto da semiperiferia. Mas, digamos, essa noção de criar comunidade também estava muito presente, e aquilo que continua a ser hoje em dia marca do CES, enquanto instituição de portas abertas, uma instituição aberta a colaborações muito variadas, é uma coisa que está lá desde o início. Portanto, essa iniciativa de colaborar, sobretudo, com aqueles colegas que estavam mais disponíveis para isso, que pertenciam a comunidades académicas menos fechadas. E que simpatizavam ou aderiam ao modelo de investigação e ao modelo de organização científica que o CES representava. E o Luso-Afro representa a internacionalização desse modelo.

MC: Há pouco falava desses marcos. 84 podia ser um marco; 88, outro marco; 94, outro marco. De alguma forma, há aqui uma mudança muito significativa, em termos de política pública para a ciência, que é a construção dos Laboratórios Associados...

ASR: Ah, sim. Esse momento é decisivo.

MC: ... que é um marco absolutamente central, no modo em que o CES passa de uma instituição pujante, mas de alguma forma circunscrita, para uma instituição que tem grande capacidade de crescimento.

ASR: Isso foi um grande momento, na verdade. E é preciso reconhecer que as grandes oportunidades que permitiram ao CES ser o que é hoje devem-se à política de Mariano Gago, sem dúvida nenhuma. O CES só pôde constituir-se como Laboratório Associado, porque havia todo um percurso de grande consolidação, porque, depois desse projeto da semiperiferia vieram muitos outros. Portanto, o CES foi diversificando a sua carteira de projetos; começou também a ter, embora a uma escala muito diferente da de hoje, um ou outro caso de projetos internacionais, ou cofinanciamento. No momento em que surge a figura do Laboratório Associado, o CES estava em condições de concorrer. A constituição do CES como Laboratório Associado teve, sobretudo, a consequência de ser possível, pela primeira vez, o CES ter investigadores a tempo inteiro. Isso era uma

absoluta novidade no contexto do CES, que tinha vivido, até esse momento, da disponibilidade de pessoas com pouca disponibilidade. De docentes universitários, que faziam a sua investigação no CES, concorriam a projetos, etc., mas que tinham sempre de conciliar isso com outras atividades. Basta pensar que seria impossível ao CES ter o conjunto de programas de doutoramento que tem hoje se não tivesse investigadores a tempo inteiro. Portanto, é a partir daí. Não é por acaso que a constituição dos primeiros programas de doutoramento é pouco posterior à constituição do CES como Laboratório Associado, porque, justamente, a partir daí é que estavam criadas as condições para isso. Portanto, além da estabilidade orçamental que isso representou, além do valor simbólico que, evidentemente, tinha também, e que não é de menosprezar, houve consequências práticas muito importantes. O CES e o ICS [Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa] foram os dois únicos, ou são os dois únicos, Laboratórios Associados da área das Ciências Sociais ou das Ciências Sociais e das Humanidades, no caso do CES. Em termos práticos, a grande consequência e a grande vantagem – e a grande diferença qualitativa – era a possibilidade de contratar. De acordo com o contrato que fizemos com a FCT [Fundação para a Ciência e a Tecnologia] podíamos contratar dois investigadores anualmente, e foram-se fazendo essas contratações. Por vezes, uma escolha mais feliz, outras vezes, uma escolha menos feliz, mas, em geral, a contratação trouxe para o CES pessoas com grande potencial que rapidamente puderam, então, inserir-se nas atividades do CES, que rapidamente começaram a ganhar projetos, que rapidamente, portanto, começaram, também eles próprios, ou elas próprias, a contribuir para o financiamento do CES e para a estabilidade financeira do CES.

MC: Estamos a falar de 2002. Passaram quase 20 anos. Neste momento, uma discussão muito importante tem a ver com os limites e as possibilidades do crescimento do CES. Quais os desafios essenciais que, a esse respeito, o CES tem diante de si?

ASR: Provavelmente, um dos desafios principais é o CES situar-se num panorama de investigação que se alterou muitíssimo. São as condições que todos conhecemos, por um lado, de grande pressão bibliométrica, por exemplo. Apesar das manifestações de intenção do atual governo, essa questão, do ponto de vista da avaliação internacional da investigação, continua a colocar-se de maneira muito aguda. Por outro lado, também, a necessidade de se inserir em contextos de captação de financiamento que são altamente competitivos e que, em geral, seguem regras ou obedecem a filosofias que não são favoráveis às Ciências Sociais e às Humanidades, com uma definição cada vez

mais restritiva do que é ou não financiável. E, portanto, a grande incógnita em relação ao futuro do CES é a incógnita sobre quais vão ser as políticas científicas, designadamente europeias, depois do quadro 2020, não é? A dificuldade é, justamente, conciliar esta ideia de que nenhuma instituição pode alargar-se indefinidamente, é claro, sob pena de ser impossível manter a coesão interna e manter, digamos, a dinâmica interna que faz desta instituição uma instituição forte e coesa. Mas a reflexão a montante, que nós temos de fazer, é qual é a raiz desse crescimento. E a raiz do crescimento que o CES tem tido é, no fundo, o extraordinário dinamismo de muitos dos investigadores e investigadoras. Portanto, é o próprio dinamismo da instituição. E, desse ponto de vista, seria negativo querer colocar artificialmente limites a esse crescimento. Obviamente que tem de haver uma avaliação interna permanente, no sentido de permitir perceber aquilo que continua a ter um potencial de produção de conhecimento relevante, aquilo que faz sentido, do ponto de vista daquilo que são os grandes objetivos do CES, enquanto instituição de investigação científica, ou aquilo que, entretanto, se transformou, eu diria, em mera rotina, aquilo que simplesmente representa uma forma de organização ou um programa que se estabeleceu no passado, etc. Isto é, o CES tem de ter a coragem, e isso é um aspeto difícil da discussão, tem de ter a coragem de se despedir, eventualmente, de formas de organização ou de iniciativas, de programas de doutoramento, por exemplo, que poderão não fazer já o sentido que fizeram num determinado momento. Portanto, ter esta noção de que há iniciativas, há dinâmicas, com prazos de validade e que terão de ser substituídas por outras. Agora, esta reflexão que tem de se fazer, obviamente, e deve ser feita em cada momento e, aliás, o CES está bem situado para isso porque tem os seus órgãos – tem a sua Unidade Interna de Avaliação, tem a sua Unidade Externa de Avaliação – que podem ajudar a essa reflexão. Mas, uma coisa que o CES, decididamente, não deve fazer é impor limites ao crescimento que sejam limites, diria, burocráticos, ou algo de parecido.

MC: Claro.

ASR: Justamente, a partir da reflexão que eu fazia há pouco. Porque é que há novas propostas de programas de doutoramento? Porque é que são apresentados muitos projetos de investigação, muitas propostas? Porque é que há muitos eventos? Porque o CES se tornou um ponto de confluência de muita gente, um ponto de referência, obviamente um local apetecido para realizar este ou aquele evento. O CES estimula o dinamismo dos seus próprios estudantes de doutoramento, que fazem propostas, que querem ser ativos nisto e naquilo, que querem publicar, que querem... E se eu disser que tudo isto tem que ser organizado, que não pode ser feito de maneira caótica,

digamos assim, e que tem que ser também filtrado, e que é necessária uma lógica crescentemente seletiva em relação a eventos que o CES patrocina e por aí fora, tudo isso é verdade. Mas a última coisa que o CES deve fazer, porque isso será suicídio, é travar a dinâmica de iniciativa dos seus investigadores e investigadoras.

E, portanto, é esse equilíbrio difícil, digamos assim. É claro que essas dinâmicas dos investigadores e investigadoras também têm muito que ver com a conceção na instituição, que não se reconhece simplesmente nos indicadores ou nos outputs ou nos critérios bibliométricos. É o exercício difícil que o CES tem estado a fazer, mas aí, julgo que temos até razões para ser otimistas, porque, aparentemente, tem estado a fazer com sucesso. O exercício difícil é, na verdade, compaginar o alinhamento, digamos assim, com os critérios de avaliação, nomeadamente, no âmbito da bibliometria, com a fidelidade àquilo que é, por um lado, a dimensão interdisciplinar ou transdisciplinar, àquilo que é a nossa vertente de intervenção social, de apoio a iniciativas cidadãs, ou as nossas atividades de extensão. De que temos vários exemplos muito bem-sucedidos. Portanto, o atendimento de solicitações, que nos chegam também, de organizações ou de iniciativas, por vezes, até da própria cidade. Que não se reduzem, depois, a indicadores científicos, mas que, obviamente, marcam uma presença pública do CES ou dos investigadores do CES, que são, na verdade, muito solicitados justamente por essa razão, digamos assim, pelo que esta instituição veio a representar ao fim destes 40 anos. Portanto, aí, trata-se de encontrar o ponto de equilíbrio. Penso que até este momento o CES tem conseguido. E esse esforço tem que continuar a ser feito.

MC: Nos últimos anos, sentimos uma mudança muito evidente ou um aprofundamento daquilo que são as lógicas de como é feita a ciência. Aquilo que referia sobre a bibliometria, é óbvio que não nasceu há três ou quatro anos, mas a sua presença, desde logo, pela sua penetração nas lógicas de avaliação dos centros e, depois, a sua crescente presença até no próprio ranking, não só das instituições, mas daquilo que é a investigação que vale, a investigação que tem impacto. Será que somos suficientemente críticos sobre esse tipo de linguagem, mas também de prática que é colocada como pressão constante às instituições?

ASR: Pois, boa pergunta. Agora, é uma pergunta que não admite uma resposta genérica. Implica, de facto, um esforço permanente da autorreflexão e, eventualmente, de autocrítica. Mas, na verdade, nós temos de fazer essa pergunta em relação a cada uma das coisas que fazemos. Quer dizer, enfim, generalizando um pouco, eu diria que, umas vezes, conseguimos ser mais críticos e, outras vezes, menos, digamos assim. E, desde logo, temos de ter consciência que todas essas dinâmicas que refere podem,

evidentemente, levar, no fundo, àquilo a que Horkheimer chamava “ciência tradicional”. Um dos contributos do CES tem sido um aprofundamento da própria noção de “teoria crítica”, e penso que é um contributo importante. O próprio conceito tem vindo a ser questionado e a ser objeto de reflexão e de transformação, sobretudo pela reflexão pós-colonial, mas não só, o âmbito daquilo a que podemos chamar uma teoria crítica – e, mais uma vez, aqui o trabalho de Boaventura é uma grande referência, evidentemente –, tem vindo a ser questionado e tem vindo a tornar-se também mais sofisticado e mais aprofundado em relação àquilo que era, digamos, um conceito mais tradicional, eurocêntrico, de teoria crítica. E é sempre esse esforço de aplicar a nós próprios as categorias que nós queremos utilizar para compreender o mundo. Em que medida isso é ou não bem-sucedido, bom, isso temos de nos interrogar em relação a cada uma das coisas que fazemos. No cômputo geral, tenho dificuldade em dar uma resposta. Quer dizer, haverá momentos, certamente, de maior alinhamento, de maior conformismo, sem dúvida. Haverá outros momentos de maior inconformismo. Mas o que me parece é que a instituição continua a ter a capacidade de cultivar esse inconformismo. E, aliás, talvez uma parte do sucesso, paradoxalmente ou não, uma parte do sucesso de algumas candidaturas a financiamento, tem que ver com essa diferença, de facto. Porque a capacidade de formular problemas, a capacidade de inovação que esses projetos ganhadores têm evidenciado, não é desligável da sua capacidade de inconformismo. E temos tido, eventualmente, a sorte de ter júris ou painéis que valorizam esse inconformismo, ou que valorizam essa diferença que nós trazemos. E que tem muito que ver, em parte, com uma das consequências desse aprofundamento da reflexão sobre a sociedade portuguesa, sobre o papel da sociedade portuguesa no contexto mundial, sobre o carácter paradigmático de alguns processos... Enfim, se olharmos, por exemplo, para a questão da memória colonial, que hoje em dia é um tema clássico, qual é a nossa vantagem comparativa aí? É muito evidente que é o facto de termos uma reflexão paradigmática aprofundada sobre a sociedade portuguesa, sobre o caso português e, justamente, devido ao carácter paradigmático dessa reflexão, isso permitir avançar para as perspetivas comparativas, a partir de pontos de vista que não são facilmente acessíveis a quem esteja a ver do Centro ou do Norte da Europa, ou coisa parecida. E essas vantagens comparativas que também nos têm permitido elas próprias situarmo-nos competitivamente no “mercado” da investigação, não são desligadas de perspetivas críticas. E, sobre isso, penso, aliás, que algumas destas questões estão no editorial do primeiro número, mais uma vez. É um exercício interessante, reler esse editorial, enfim, não fiz esse exercício, tenho apenas uma memória. Mas por alguma razão, a revista se chama Revista Crítica de Ciências Sociais. Havia um passo no editorial que foi depois usado como epígrafe de sucessivos números

e, se bem me lembro, dizia mais ou menos que “a crítica só vê quando se vê e só é profunda quando mergulha as suas raízes no objeto que critica”. E esse é o pressuposto, digamos assim, fundador da revista. Portanto, uma ideia de crítica, que não fosse uma ideia puramente banal, mas fosse uma ideia mais complexa daquilo que pode ser uma revista crítica. Na verdade, há aqui quase uma fidelidade às origens, embora, obviamente, o caminho que se tem andado durante estes 40 anos, tenha sido, e não podia deixar de ser de outra maneira, um caminho muito largo, não é? E com muitas derivações, obviamente. Aliás, esse é outro aspeto que, quando discutimos tudo isto, temos de perceber, e eu falava há pouco da dinâmica do corpo de investigadores, essa dinâmica não é sempre convergente. E essa tem sido outra das vantagens comparativas de sempre do CES, o facto de ser uma organização extremamente pluralista. Dando espaço a, nalguns aspetos, uma lógica quase federalista, enfim, nalgumas formas de organização, mas em que toda a gente sente que tem espaço para ter iniciativas, e essas iniciativas, obviamente, compõem, neste momento, quase um arco-íris, sendo que arco-íris não significa sem coluna vertebral, ou sem princípios ou de acordo com uma lógica puramente aleatória. Porque, obviamente, os objetivos programáticos do CES estão claramente definidos. Mas arco-íris no sentido em que há muito lugar para manter divergências e seguir caminhos diferentes, e isso faz a riqueza da instituição.

MC: Eu tinha ainda uma pergunta relativa àquilo que falava agora, da questão da crítica como um dos eixos centrais da matriz do CES, e o conceito de crítica de alguma forma se poder articular com um conceito que me parece que foi caindo em desuso, que é o conceito de “intelectual público”. De que forma é que, de alguma maneira, também o percurso de reflexão e de autorreflexão do CES não é um percurso que obriga a refletir, ou até mesmo a abandonar, conceitos como o de “intelectual público”, que, de alguma forma, são postos em causa pela reorganização das categorias de alta e de baixa cultura, e pelo próprio facto de aquela ser, de alguma maneira, uma figura do iluminismo?

ASR: Pois... A morte do intelectual foi prematuramente anunciada, não é? Lyotard tem um livro famoso, *Tombeau de l'intellectuel*. E o que acontece é que a figura do intelectual não desapareceu, está a ser reconfigurada de muitas maneiras. E, é curioso, olhando agora para a nossa trajetória, a figura do intelectual está muito associada a uma certa noção de vanguarda. E tem sido muito interessante verificar – por exemplo, no pensamento do próprio Boaventura, isso é muito evidente, quando ele fala do pensamento de retaguarda – que o CES, enquanto instituição, ou a própria Revista Crítica, nunca reivindicou essa noção de vanguarda, apesar de poder ter sido tentador,

e aqui temos outra vez o topos da modéstia, e aí sim, esse topos talvez fosse adequado. De certa maneira, quando se diz que se quer um lugar modesto, quer-se dizer “não nos assumimos como intelectuais de vanguarda”. Seria uma forma de ler esse passo do editorial. Isto é, nunca houve essa ambição na trajetória da revista, não é? Não deteto muito essa ambição, de certa maneira, de se constituir como uma espécie de intelectual orgânico ou como uma espécie de intelectual coletivo. Nem sequer era uma coisa que estivesse muito presente nas nossas discussões. É verdade que era um tema de grande ressonância, sobretudo no contexto imediato do 25 de Abril, e eu, no meu próprio trabalho, dei bastante relevância a esse tema. Mas, no meu próprio trabalho, também procurei perseguir as contradições inerentes a esse contexto, a essa questão, no pós-25 de Abril. Enfim, existe aquela distinção famosa de Zygmunt Bauman, entre o legislador e o intérprete. E o impacto e desenvolvimento da reflexão que se foi fazendo no CES apontava para, justamente, a manutenção dessa função crítica, dessa ideia da função crítica. Mas de uma forma que estava, pelo menos, tanto quando posso avaliar, isenta desse pathos vanguardista, ou do pathos do legislador, digamos assim. E, portanto, penso que aqui, sobretudo o facto de a intervenção, a própria intervenção pública de alguns investigadores do CES, aliás, permanentemente, também do Boaventura, sobretudo em certas fases, se fazer a partir, não do estatuto do intelectual, mas do investigador, digamos assim. E, sendo assim, o que é historicamente reivindicado é, digamos, a legitimidade de o investigador, nomeadamente, um investigador da sociedade portuguesa, produzir pensamento público sobre essa sociedade. Não apenas sobre a sociedade portuguesa, de produzir pensamento em geral, evidentemente. Mas produzir pensamento a partir do lugar do investigador. E não fazer aquele movimento do intelectual tradicional que, a partir da legitimidade que adquiriu no seu campo artístico ou científico, se sente literalmente autorizado a intervir sobre seja o que for, digamos assim, como fazedor de opinião, como, enfim...

MC: Como tradutor legítimo de aspirações ou de supostas aspirações populares.

ASR: Sim, é um pouco isso que o Boaventura, no fundo, penso eu, quer formular com a ideia de retaguarda. Portanto, de alguém que, a partir do conhecimento profundo dos movimentos sociais, das dinâmicas sociais, da análise profunda da sociedade portuguesa, pode formular ideias, produzir pensamento, fazer propostas; mas não, digamos assim, com o pathos do legislador, justamente, ou com o pathos de quem se situa numa posição de autoridade inquestionável. Há a definição clássica de Bourdieu, do intelectual como uma espécie de double bind, não é? – alguém que, tendo adquirido legitimidade como escritor, como artista, como cientista, se arroga a posição de produzir,

e eu diria aí, já não é produzir pensamento, mas produzir opinião, digamos assim, o que é uma coisa completamente diferente, sobre isto, sobre aquilo, sobre tudo. E, na trajetória do CES, é isso que não acontece.

Agora, em relação à questão do intelectual, o que me parece evidente é que a figura do intelectual continua a andar por aí, não é? O que acontece é que alguns autores preferem falar não do intelectual, mas sim da função intelectual, e essa função pode ser exercida a partir de diferentes locais e a partir de posições muito diferentes. Mas o intelectual não desapareceu, simplesmente mudou de sítio, aparece noutras configurações e isso é que é interessante verificar. E, hoje em dia, fala-se muito, por exemplo, do intelectual mediático, não é? O CES, vendo bem, nunca teve um intelectual mediático, embora, pontualmente, momentos de intervenção pública do Boaventura pudessem confundir-se com essa figura, mas acho que não seria justo atribuir essa designação, sendo certo, como é, que o CES não produziu opinion makers, no sentido corrente do termo. E, portanto, eu acho que, de facto, a grande defesa contra essa tentação, que está sempre latente, está na solidez da investigação, seja qual for o tipo de intervenção que se procura. Essa intervenção está sempre ancorada na produção do conhecimento que se fez em contexto de investigação, digamos. Acho que esse é o grande elemento a considerar. Sendo que a questão é complexa e não pode ser resolvida assim com duas penas... Mas, para quem quiser estudar, hoje em dia, a questão do intelectual, eu sugeriria que procurasse as metamorfoses do intelectual, e não propriamente que fosse ao cemitério, não é esse o sítio para procurar o intelectual.

MC: Eu tinha uma última questão, que está relacionada com o que há pouco referia sobre as metamorfoses, não do intelectual, neste caso, mas do financiamento da ciência, no modo como isso muda a própria natureza da ciência. E queria articular esta questão com uma pergunta que sei já lhe devem ter feito muitas vezes. E a pergunta é: tendo em conta este contexto, qual o lugar das Humanidades, hoje e no futuro próximo?

ASR: O lugar das Humanidades, num contexto de financiamento como o presente, arrisca-se a não ser nenhum. O lugar das Humanidades, no contexto da produção de conhecimento absolutamente vital para a sobrevivência das sociedades e também para a prosperidade das sociedades, a mim, parece-me absolutamente evidente, não é? Muitas vezes, demasiadas vezes, o conceito de Humanidades é associado ao passado. Quer dizer, desse ponto de vista, as Humanidades preservam o passado, seja a história, seja a literatura, seja o que for, cabe-lhes a preservação dos valores do passado. E isso é o que tem sido fatal para as Humanidades, o assumir de posições desse tipo, que são

conservadoras e que são defensivas, sobretudo. Demasiadas vezes, o discurso das Humanidades, produzido a partir do interior das Humanidades, é um discurso defensivo. E o que eu tenho proposto e escrito em bastantes sítios é que o futuro das Humanidades passa por uma atitude completamente diferente, que é, de facto, a demonstração prática da relevância do saber humanístico para o presente e para o futuro das sociedades. E, desde logo, o núcleo fundamental das Humanidades, o núcleo mais fundamental de todos, que é a língua. A capacidade de reflexão sobre a língua, a capacidade de vigilância em relação a usos ideológicos ou usos da língua no sentido da produção, por exemplo, de um horizonte mediático e indiferenciado, ou de produção, digamos, de falsos lugares comuns. Portanto, desde logo, a capacidade de crítica da linguagem, crítica do discurso, que é inerente à própria definição das Humanidades, é absolutamente vital para a constituição de sociedades e de homens e mulheres livres. Homens e mulheres, justamente, com capacidade de articular a sua autonomia e de se posicionarem plenamente como cidadãos e cidadãs. Na verdade, o vínculo entre Humanidades e cidadania é um vínculo absolutamente insubstituível, não há nada que o substitua, não existe cidadania possível sem a prática de virtudes que são aquilo que as Humanidades ensinam, e basta dar esse exemplo, a virtude da vigilância em relação à linguagem, da crítica da linguagem, da crítica do discurso, da capacidade que um cidadão ou uma cidadã tem de se situar ativamente no jogo das interpretações... Enfim, e por aí fora, podíamos dar, obviamente, muitos exemplos, não é? Mas, quando se fala em função crítica das Humanidades, obviamente, isso não pode ser entendido como uma crítica do presente a partir de supostos valores eternos. Portanto, mais uma vez, temos que nos situar aqui, como na questão do intelectual, para além da lógica do Iluminismo. Que é sempre a lógica dos universais. De supostos valores universais, desde logo, de uma razão universal. E temos de nos situar muito mais naquilo que o melhor das Humanidades, hoje em dia, pratica, e pratica muito bem e no que é insubstituível, que eu diria, ou poderia definir, por exemplo, como sendo um contextualismo crítico, digamos assim. Portanto, a capacidade de se situar em contextos, desde logo, contextos de enunciação, contextos do uso da linguagem, contextos de referência a valores estéticos ou outros quaisquer, em que o pensamento das Humanidades detém a capacidade de se situar criticamente, de se situar produtivamente e, sobretudo, de capacitar cada um e cada uma para uma cidadania crítica. E, se pensarmos que o núcleo fundamental de qualquer prática das Humanidades é a linguagem, percebemos, desde logo, para não irmos mais longe, de que forma as Humanidades são, de facto, insubstituíveis. Digamos, não há democracia sem Humanidades, podemos dizer assim – não há cidadania, sem Humanidades.

MC: Essa é a articulação entre Humanidades e cidadania. Se olharmos para o caso de uma instituição que, muitas vezes, tem até dificuldade de se explicar para fora, porque nela convivem diferentes Ciências Sociais e também as Humanidades, no fundo, aquilo que me está a dizer é que também é uma vantagem para uma instituição como o CES?

ASR: Sim, penso que sim.

MC: Ter sido fundada e crescer nessa confluência?

ASR: Penso que sim. Aliás, é interessante, historicamente, digamos assim, o que aconteceu é que as Ciências Sociais fizeram um convite às Humanidades para integrar, no caso, o Conselho de Redação da Revista Crítica, enfim. O que significa que havia essa consciência da parte destes sociólogos que estavam no núcleo original da revista, como, aliás, depois está muito claro, basta ler Um discurso sobre as ciências, do Boaventura, para perceber de que forma estão ali valorizadas as Humanidades. Mas é curioso; de facto, o CES constitui-se, tem historicamente na sua raiz, um convite por parte das Ciências Sociais. Aqui, as Humanidades entram, digamos assim, no barco e desempenham o seu papel.

MC: Hoje o CES é um centro interdisciplinar ou transdisciplinar?

ASR: É difícil de dizer. Uma vez, é disciplinar, temos que o dizer, outras vezes, é interdisciplinar, outras ainda, diria eu nos seus melhores momentos, é transdisciplinar. Mas, mais uma vez, não há uma única resposta para isso. Nós começámos esta conversa falando do meu percurso individual, e é verdade que eu nunca teria sido um filólogo tradicional. Hoje em dia, a maneira como eu me defino melhor é como filólogo, sim, mas um filólogo da nova filologia, que é uma coisa completamente diferente, um filólogo depois da Filologia, é assim que me definiria. Não obstante, o meu trajeto científico e académico também não teria sido o que é hoje, se não tivesse sido este encontro propiciado pelo CES, é evidente. Na verdade, muito do trabalho que eu fui fazendo nunca me preocupei em saber em que disciplina me estava a situar. Isto tem muito que ver com esse encontro. E, do ponto de vista da instituição, alguns dos melhores momentos foram, por exemplo, esses grandes projetos colaborativos. Que, hoje em dia, será difícil, já não será talvez possível – mas o projeto da semiperiferia foi um projeto que integrou todas as pessoas que faziam parte do CES na altura, e outras pessoas que não faziam parte, mas foram agregadas e algumas das quais vieram

também a ser investigadores ou investigadoras do CES; e havia muito, na altura, essa ideia de integrar, digamos assim, o conjunto do coletivo. Atualmente, é claro que a coesão do CES, com a dimensão que tem, não pode passar por esse tipo de estratégias, tem de passar por outras. Mas essa, usaria mesmo a palavra, exposição a outros saberes, é uma coisa que eu continuo a ensinar aos meus alunos, quando lhes digo que a pior coisa que podem fazer quando querem escrever uma tese de doutoramento é meterem-se num buraco, é lerem só as coisas que acham que são diretamente pertinentes, porque, muitas vezes, as melhores ideias que vão ter são aquelas que lhes surgem ao assistirem a uma conferência sobre um tema completamente diferente, que aparentemente não lhes dizia nada, e afinal é ali que vão encontrar o estímulo para pensar de maneira diferente um problema que não estavam a conseguir resolver. E é isso que o CES propicia, este encontro. Em que medida as pessoas se expõem mais ou menos e, portanto, estão mais ou menos em condições de se constituírem enquanto cientistas, enquanto investigadores, a partir desse diálogo e desse encontro, aí há seguramente situações muito diferentes no CES. Mas acho que temos muitos bons exemplos para apresentar.

ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra | Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: asr@ces.uc.pt

MIGUEL CARDINA

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: miguelcardina@ces.uc.pt

